

ARQUIVO 1

O Terceiro Século de *A Riqueza das Nações*

Renato Caporali*

Há duzentos e vinte anos era lançado aquele livro que, em todos os tempos, mais marcou a cultura econômica, seja através da influência sobre aqueles que o seguiram, seja por ter alimentado a crítica dos que não aceitaram sua visão da sociedade. Neste artigo, tentaremos uma generalização certamente muito questionável, usada talvez apenas a pretexto de produzir uma visão um pouco mais ampla das idéias nele contidas, geralmente reduzidas a variações em torno da metáfora da Mão Invisível. Importantes elementos da *Riqueza das Nações* têm sido ignorados, embora sejam elementos filosóficos e ideológicos da cultura de Adam Smith, alguns dos quais parecem estar em profunda sintonia com tendências comportamentais e necessidades econômicas de nosso tempo.

Estamos no início do terceiro século de influência deste extraordinário livro. Publicado pela primeira vez em 1776, consumiu a atenção e o esforço de quase vinte anos de um metódico professor escocês. Seu outro grande trabalho, a *Teoria dos Sentimentos Morais* (1758), é um livro típico da filosofia moral da Inglaterra do século XVIII, e, constituindo uma exposição do estoicismo que fundamentava sua visão da sociedade, teve inicialmente boa repercussão. Na verdade, não se pode compreender o otimismo com que Smith acreditava no mercado sem as rígidas noções morais que o "Impartial Spectator",

espécie de severo observador moral, interno mas superior aos homens, algo como uma norma deste mercado. A *Teoria dos Sentimentos Morais* foi uma tentativa de refutação das provocações morais da *Fábula das Abelhas* (1714) de Mandeville, como primeira etapa de um projeto filosófico de justificativa do mercado liberal (1), mas teve como público apenas a intelectualidade universitária e, depois do século XVIII, raramente voltou a ser lido por aqueles que encontravam na outra obra de Smith um caminho luminoso.

Já a *Riqueza das Nações* tornou-se imediatamente um *best-seller*, proporcionando a esse pacato professor uma significativa recompensa intelectual. Sucessivas edições foram lançadas, traduzidas em praticamente todas as línguas da Europa, com aprovação imediata tanto do grande público quanto dos círculos intelectuais. Elie Halévy, num clássico sobre a filosofia econômica utilitarista, explicou esse sucesso imediato pelo fato de que o livro estava em íntima sintonia com opiniões medianas a respeito das reformas que se pensava necessárias à Inglaterra do século XVIII. "Qualquer homem pensante encontraria nele idéias que ele mesmo estava já começando a formar, sob a pressão de acontecimentos históricos" (2). Com idéias perfeitamente ajustadas ao ambiente cultural de seu tempo, o texto imediatamente foi assumido como o ponto de partida do

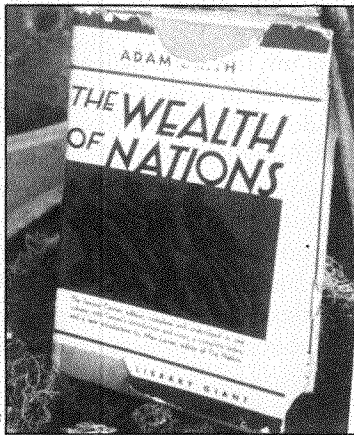
1) Essa tese foi sustentada de forma muito consistente por Louis Dumont no *Homo aequalis*, 1977.

2) Halévy, Elie, *The Growth of Philosophic Radicalism*, NY, Kelley, (1901), 1965.

rumo que a ciência econômica deveria seguir. A primeira geração de economistas - Malthus, Say, Ricardo - teve nele seu manual básico.

Desde então, a *Riqueza das Nações* tornou-se uma referência consensual, para partidários e para epígonos, como texto-fundador da Ciência Econômica. Contudo, ao longo destes dois séculos de influência desse livro, a

pela desilusão e conseqüente defesa da intervenção sistemática do Estado. Terminaremos formulando a hipótese de que o terceiro século fará ressurgir algo mais do que a simples tese da regulação ótima pelo livre-mercado e da precedência do auto-interesse sobre a solidariedade para a prosperidade econômica. Pela própria natureza da crise que atravessa hoje a economia mundial, será aos poucos ressaltado o fundamento antropológico



Capa de uma velha edição de *Riqueza das Nações*

“Qualquer homem pensante encontraria nele idéias que ele mesmo estava já começando a formar, sob a pressão dos acontecimentos históricos”.

Elie Halévy

sensibilidade intelectual e política às idéias oscilou de maneira radical. Se nos fosse permitida uma generalização cronológica bastante ampla, a título de exercício didático, poderíamos distinguir para cada um dos séculos de sua existência três grandes momentos nessa influência, alternando entre a aprovação, a crítica e a retomada de uma avaliação positiva. Nas primeiras duas décadas deste terceiro século do *Wealth of Nations* já se delineou nitidamente o viés tradicional da defesa do mercado como regulador ideal da atividade econômica, recuperação para a qual a vitória – espécie de nocaute técnico – do monetarismo sobre o keynesianismo foi o passo inicial. Mas a filosofia de Smith é muito mais complexa do que têm exposto os divulgadores do pensamento smithiano, refratária ao economicismo inconseqüente, avessa teórica e filosoficamente à especulação, orientada pelo moralismo estóico e pela noção iluminista de Ordem Natural, onde a natureza tem primazia sobre o intercâmbio comercial na origem da Riqueza Social e onde os valores-de-uso e não a moeda são expressão dessa riqueza. Tal foi a inspiração de sua crítica ao Mercantilismo, crítica por meio da qual Smith construiu seu próprio pensamento econômico e sua filosofia política.

Neste artigo tentaremos sugerir que primeiro século do *Wealth of Nations* foi o da assimilação acrítica e apologética da Mão Invisível, enquanto o segundo século foi marcado

que faz do homem um ser essencialmente mercantil e da formação moral que é necessária para dar razoabilidade social a este homem. Ao mesmo tempo que se reconhece a realidade dificilmente contornável dessa dimensão do ser humano que Alfred Marshall identificou pelo conceito de *Homo economicus*, se pretende chamar a atenção para a dimensão moral que, em Smith, era igualmente constitutiva do ser humano. O terceiro século virá talvez a ser o momento da recuperação da moral estóica, este lado espiritual desconhecido do *Wealth of Nations*, numa volta à humildade do individualismo clássico (3), e isto por razões estritamente econômicas, no sentido de “necessidade histórica” formulado por Marx.

1º século : a apologia

Lançado no ano da Declaração de Independência dos Estados Unidos, o livro de Smith acompanhou a onda de crítica dos modelos intervencionistas do Estado mercantilista, produzida pelo pacifismo iluminista, crítica que já se vinha alastrando e sedimentando no universo cultural europeu desde as primeiras tentativas mais sistemáticas, elaboradas por Boisguilbert (4) e Richard Cantillon (5) no início do século XVIII. A *Fábula das Abelhas* (1714) de Mandeville era já um texto vulgarizado, Montesquieu havia publicado o *Do Espírito das Leis* (1748), e seu amigo Hume havia tentado compatibilizar as idéias

3) Sobre a humildade que caracterizaria o individualismo metodológico, ver Hayek, *O Caminho da Servidão*, 1944.

iluministas sobre a Economia no *Ensaio sobre o Comércio* (1760). A *rationale* do modelo econômico inspirava-se claramente na cosmologia de Isaac Newton: assim como o universo, o mercado podia se manter indefinidamente em equilíbrio pela mútua ação das forças exercidas pelos astros, ponderadas pelas suas respectivas distâncias.

Não havia praticamente nada de novo no trabalho de Smith. Sua maior originalidade talvez tenha sido a exploração, estritamente gerencial, dos prodígios produtivos da divisão do trabalho nos capítulos iniciais do livro. A idéia mais geral de que a divisão do trabalho – entendida como especialização profissional – era a melhor forma de se organizar a produção social, já era conhecida desde a *República* de Platão e não oferecia absolutamente nada de novo. Já a descrição da fábrica de alfinetes gerida pelo conceito de produtividade era algo novo e teve enorme efeito. Por outro lado, o livro foi muito bem construído: cada uma das idéias que surgiam nos trabalhos daquela miríade de escritores dessa novíssima disciplina, a Economia Política, foi aprofundada e explorada sistematicamente dentro da moderna concepção científica – digressões analíticas e generalizações teóricas acompanhadas de dados e informações tão mais detalhados quanto possível. Problemas importantes – como o do conceito de trabalho produtivo, o da tendência ao equilíbrio de um comércio mundial livre do nacionalismo protecionista, e aquele, não menos importante e talvez o mais influente do ponto de vista ideológico, de que “a consequência natural do comércio é levar à paz”, como havia sentenciado Montesquieu, foram explorados metodicamente.

No campo da defesa da filosofia liberal, entretanto, Smith foi radical. Formulou a envolvente metáfora da Mão Invisível, sustentou que o interesse é o motor do dinamismo individual, e como consequência, do dinamismo macroeconômico, e declarou através de forte efeito retórico que não se deve esperar carne da generosidade e da benevolência do açougueiro, mas precisamente de seu interesse pessoal e egoísta, sua

4) Os principais textos de Pierre Le Pesant, Sieur de BOISGUILBERT foram *Le Détail de la France, Traité de la nature, culture, commerce et intérêt des grains, Factum de la France, Causes de l'arareté de l'argent, Dissertation de la nature des richesses, de l'argent et des tributs*, todos publicados entre 1707 e 1714, e creditados em *Pierre Boisguilbert ou la naissance de l'économie politique*, Paris, INED, 1966, 2 vol.

5) O único livro de Richard CANTILLON, publicado pela primeira vez em 1755 e reeditado em 1952, foi o *Essai sur la nature du commerce en général* (Paris, INED). O livro foi escrito na terceira década do século XVIII e influenciou decisivamente os economistas da geração seguinte, entre os quais Adam Smith.

vontade de enriquecer. Atacou, com reduzida preocupação hermenêutica, a cultura econômica mercantilista, considerando-a apenas uma ingênua reedição do mito grego de Midas. E, ao se dedicar à avaliação econômica da importância do Estado e dos Governantes, foi extremamente radical: numa só categoria colocou Reis, Militares, Juristas, Médicos ao lado de cantores, palhaços e burocratas, todos depreciativamente iguados pelo conceito de “trabalhadores improdutos”. Pierre Rosanvallon (1989) sustentou que este foi um dos mais radicais julgamentos políticos das elites gestoras do Estado-Nação, certamente responsável, em grande medida, pelo sucesso de público do livro, e tanto isto parece verdade que os incontáveis comentadores do pensamento smithiano nas gerações seguintes, todos eles bajuladores impenitentes, se apressaram em avaliar que nesse terreno Smith havia se precipitado e cometido um momentâneo deslize teórico.

Este arcabouço teórico, entretanto, exprimia com fidelidade o imaginário emergente e construiu uma armadura teórica e empírica bastante sólida para a Economia Política liberal.

“Sua maior originalidade talvez tenha sido a exploração, estritamente gerencial, dos prodígios produtivos da divisão do trabalho nos capítulos iniciais do livro”

2º século: a crítica

No entanto, a contrapartida da implantação prática do liberalismo preconizado pela teoria, se apresentava gradativos avanços em torno da uma política interna de desregulamentação do controle econômico exercido pelo Estado, esbarrava sistematicamente em considerações práticas no terreno internacional. A Inglaterra continuava submetendo com os canhões de sua marinha e a bravura de seus soldados (conhecida pelos franceses desde a Alta Idade Média na famosa Batalha de Azincourt) o mundo que interessava ao Império Britânico. Os franceses, que também haviam adotado o liberalismo econômico com o entusiasmo apologético de Jean-Baptiste Say, desenvolviam uma política externa tão imperialista quanto os ingleses, ainda que menos eficaz. Seus interesses comerciais, se não se impunham pela diplomacia, impunham-se pela força,

numa política externa que de forma alguma poderia reivindicar ao espírito liberal. Essa contradição entre a prática e a filosofia fez com que François Fourquet (1989) chamasse de “lenda liberal” a idéia de que a política externa dos principais países do mundo, no século XIX, se tivesse regido por princípios não-mercantilistas. Fourquet constatava que a disputa mundial continuava sendo pela supremacia relativa – uma política de potência, dentro da qual o livre-mercado só era o conceito normativo quando conveniente. Poder-se-ia conceber a política inglesa de destruição física da capacidade artesanal das tecelãs indianas dentro de conceitos liberais? Como enquadrar o estímulo ao ataque da Tríplice Aliança ao Paraguai e a destruição de sua capacidade industrial como uma política liberal? Os exemplos poderiam se multiplicar, mencionando o que acontecia na África, na China e Indochina, a pilhagem dos tesouros culturais do Egito, da Grécia, etc.

Por outro lado, o culto da liberdade permanecia, na prática, limitado às classes proprietárias, enquanto os trabalhadores sofriam um processo de espoliação hoje dificilmente imaginável e com raros precedentes na história mundial, à exceção de algumas sociedades escravistas ou tirânicas. Na segunda metade do século XIX, surgiu a reação à sociedade liberal clássica, conservadora e excludora econômica e politicamente dos trabalhadores, através da literatura revolucionária socialista, e que pode ser perfeitamente representada por *O Capital* (1867) de Karl Marx. *A Mão Invisível* do mercado só parecia operar se a mão pesadamente visível da repressão policial complementasse as condições de uma exploração econômica implacável.

A divisão do trabalho surgia menos como um método de gerenciamento da produtividade do que como um sistema mutilante do trabalhador. O interesse individual, motor do crescimento econômico aos olhos de Smith, era visto como uma matriz cultural alienadora, desprovida de sentido social. As veleidades patrióticas soçobravam ao

entreguismo, desde que a dominação burguesa interna fosse apenas ameaçada pelas reivindicações vindas da classe trabalhadora (tema explorado por Marx no *18 Brumário de Luís Bonaparte*).

No terreno da eficiência econômica, as sucessivas crises nacionais ou internacionais que o mundo capitalista (Europa e Estados Unidos) viveu durante todo o século XIX e início do XX acabaram por abalar definitivamente a idéia de que o mercado fosse capaz de regular satisfatoriamente as atividades econômicas. A experiência repetida de catástrofes de natureza comercial e financeira acabou por solapar a certeza de que o mercado capitalista era realmente governado por uma Mão Invisível sistematicamente otimizada. Depois de algumas tentativas teóricas menos consistentes, oriundas principalmente de não-economistas, John Maynard Keynes publicou em 1936 a mais importante crítica do liberalismo clássico. Sem assumir a perspectiva contestadora socialista, o economista inglês demonstrou de maneira muito consistente a ingenuidade que

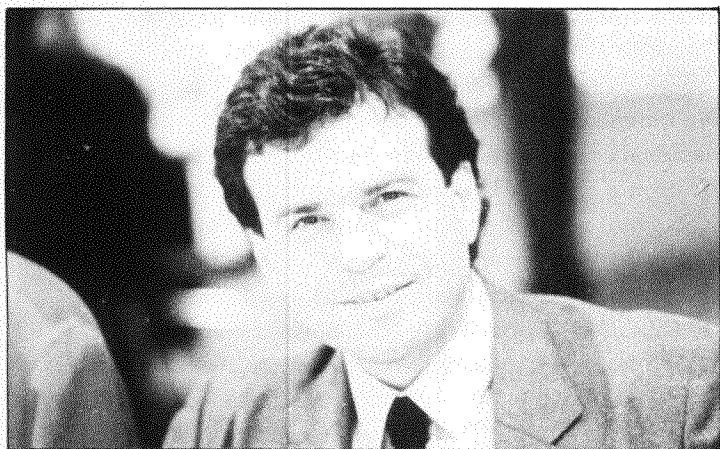
caracterizava o otimismo não-intervencionista do liberalismo de Smith e de seu maior discípulo David Ricardo.

O keynesianismo marcou, portanto, o apogeu da crítica ao liberalismo smithiano, que havia sido esboçada em perspectiva classista pelos movimentos socialistas. Sua consequência, numa época de folga orçamentária, foi o desenvolvimento de uma grande variedade de instrumentos de regulação do mercado e de uma miríade de organismos públicos voltados para essa regulação, para a promoção do desenvolvimento, para a garantia do bem-estar social, com o que, de resto, se procurava suprimir a contradição política que ameaçava o capitalismo. O Estado tornou-se na prática o núcleo controlador e promotor dos principais domínios da vida econômica. A gestão macroeconômica parecia ter tornado controlável o “governo” da economia e o futuro parecia estar próximo de se tornar uma incógnita muito pouco inquietante (6).

**“O interesse individual,
motor do crescimento
econômico aos olhos de
Smith, era visto como
uma matriz cultural
alienadora, desprovida
de sentido social”.**

6) Um dos textos mais representativos desse tipo de utopia pode ser considerado o “Economic Possibilities for our grandchildren”, publicado no *Essays on Persuasion*. In *Collected Writings of J.M. Keynes*, vol IX, London, Macmillan, 1972.

3º século : A redescoberta aprofundada



Renato Caporali: "A substituição do consumo pelo investimento retorna como uma das necessidades imperativas do desenvolvimento econômico"

Foi dito no início deste artigo que a primeira exploração do *Riqueza das Nações* foi feita de maneira superficial, tendo ficado basicamente a nível da constatação da superioridade da regulação mercantil sobre o intervencionismo mercantilista. No final dos anos 60, dois fenômenos emergentes em sociedades para pôr fim ao "século crítico" e abrir um período de recuperação, a princípio centrado apenas nos méritos da economia de mercado, e em seguida, se estivermos certos em nossa previsão, da filosofia smithiana, de uma maneira muito mais ampla e mais sistemática do que jamais foi ela compreendida.

Do mundo socialista, a partir dos anos 70, emanou a compreensão de que o fundamento antropológico do homem smithiano – o homem iluminista, pensado como sendo essencialmente individualista, egoísta e ambicioso em seus objetivos privados, era muito mais plausível, muito mais real do que a idealização antropológica que fundamentou toda sorte de utopias socialistas, e que tiveram origem nas teses de Jean-Jacques Rousseau. A teoria rousseuniana supunha, como ficou universalmente conhecido, que "o homem é bom por natureza, a sociedade é que o corrompe". A corrupção encontrada na vida social e para a qual a *Fábula das Abelhas* havia achado uma lógica sistêmica, era fruto da corrupção de uma sociedade fundada na propriedade privada – e que, para Rousseau, estava na origem das deformações morais dos indivíduos. Suprimida a corrupção impressa na sociedade pela propriedade privada, acabaria a corrupção do indivíduo. Todas as ideologias socialistas beberam nessa fonte, tendo Marx sido apenas aquele que levou mais longe, do ponto de vista científico, o exame da sociedade capitalista e de suas contradições.

A experiência social e econômica socialista no século XX foi fundamental para mostrar a ingenuidade da hipótese rousseuniana; pelo menos, a ingenuidade da idéia de que uma substituição do proprietário privado pelo Estado eliminaria da sociedade o vício moral. Na verdade, o processo histórico vivido pelos países socialistas mostrou uma sociedade tanto ou muito mais corrompida, inclusive do ponto de vista da ética social, do que as mercantis. A corrupção se instalava no seio do aparelho de Estado, crescendo sem os limites que estabelecem, bem ou mal, as liberdades republicanas. A estatização das empresas e conseqüente ausência da figura do patrão gerou uma cultura de trabalho impessoalmente relapsa, onde o mesmo objetivo de enriquecimento pessoal existente nas empresas mercantis tinha agora de se dissimular, escamotear objetivos e métodos, criando um acentuado processo de degradação da moral do trabalho. A multiplicação dos mercados negros tornou-se a resposta prática às tentativas de normatização restritiva montadas pela planificação central. Este estado de coisas começou a ser percebido nos anos 70 nos países europeus vizinhos do socialismo real, e no início da década seguinte era um processo conhecido de toda a intelectualidade não cristalizada pela utopia política. Nesse processo, o homem smithiano recobrou um pouco de dignidade, ainda que fosse uma dignidade mitigada, ressaltando apenas comparativamente àquela encontrada nos países socialistas.

Pelo lado capitalista, paralelamente, a crise do keynesianismo marcou o retorno de uma teoria econômica que ficava raízes na *Riqueza das Nações*. A partir do final dos anos 60, sobretudo após o aumento acelerado das despesas militares norte-americanas com a guerra do Vietnã, a chamada "regulação fina" macroeconômica começou a dar sinais de já não funcionar tão perfeitamente: os impulsos de crescimento emitidos pela política econômica não resultavam em crescimento mas em inflação, num processo que deu origem ao conhecido conceito de "estagflação". O setor público em todos os países desenvolvidos começou a aparecer não mais como o necessário apêndice formulador de políticas para o mercado, mas como um peso e como sistema introdutor de irracionalidades. Uma análise desse processo de progressivo colapso da ideologia e dos mecanismos de regulação inspirados na teoria keynesiana requereria um artigo especial, pelo que nos limitaremos a esse cenário sucinto. Resta colocar em relevo aquilo que, dentro de um quadro econômico que era mundial (inclusive porque o formato estatal em todo o mundo capitalista já havia sido marcado pelo keynesianismo), fez ressurgir a concepção econômica smithiana.

O primeiro problema econômico que fez com que a ortodoxia liberal voltasse à cena foi a inflação crônica, levando à conclusão de que o Estado tinha se tomado pesado economicamente – idéia tipicamente smithiana. Em seguida,

surgiu o diagnóstico de que o excesso da regulamentação estatal e os conseqüentes entraves à iniciativa empresarial obstaculizavam o crescimento econômico, levando aos seguimentos políticos de desregulamentação (para os quais contribuiu também decisivamente a necessidade de harmonização das normas durante o processo de unificação européia, feitas sob o princípio do “mínimo denominador comum” – processo este que proporcionou importantes ensinamentos práticos e teóricos). Combinados à crise do socialismo real, constituíram o arcabouço de reformas políticas e econômicas que têm sido vulgarizadas como “neoliberalismo”.

Nesta terceira década do terceiro século de influência intelectual do *Wealth of Nations* estaria, portanto, de-lineado um retorno limitado a questões de organização econômica, baseado na tese da superioridade do mercado sobre a regulação estatal. Se ficarmos limitados a este plano, entretanto, teria sido novamente deixada de lado a face moral do indivíduo smithiano ideal, o estoicismo que lhe permitia suportar, livres no mercado, os indivíduos saberem investir bem suas pulsões econômicas, de maneira frugal ou comedida e não de maneira perdulária ou suntuosa, saberem guiar seus interesses através de ações éticas e não imorais. Fica para o leitor a tarefa de avaliar se o homem do mundo contemporâneo está mais para o austero filósofo peripatético da *Teoria dos Sentimentos Morais* do que para a perdulária e desonesta abelha da fábula mandevilliana. Ao encerrar este artigo, preferimos notar que pelo menos dois fenômenos, apenas aparentemente distintos, se combinam para criar hoje uma atmosfera bastante diferente daquela que fez do homem moderno, moldado pelo consumismo hedonista, um antiestóico convicto.

O primeiro é a queda da taxa de poupança, o segundo a crise ambiental, a conhecida crise ecológica do mundo contemporâneo. O fenômeno de queda da taxa de poupança, expressão da passagem de uma crise de realização (de tipo keynesiano) a uma crise de reprodução (de tipo ricardiano), tornou-se evidente sobretudo a partir do final dos anos 70, embora pudesse ser previsível desde o primeiro choque do petróleo que sucedeu ao Relatório do Clube de Roma (1972) (7). A queda da taxa de poupança exprime uma redução na capacidade de geração de excedente econômico e aponta para a necessidade de uma postura mais poupadora e mais investidora por parte dos agentes econômicos.

Numa outra perspectiva, a crise ecológica, sinalizando situações dramáticas para um futuro não muito distante, veio reforçar a adequação de conceitos filosóficos que constituíam o complemento essencial ao egoísmo na antropologia smithiana. A natureza, crescentemente escassa, fez da necessidade de reduzir ao máximo o desperdício de recursos um imperativo. A “prudência” (a *phronesis* grega) que Smith tanto valorizava volta a ter lugar no mundo dos valores sociais. A frugalidade, que para ele é o que faz um homem prosperar, encontra novamente condições para voltar a ser um valor social. A substituição do consumo pelo investimento retorna como uma das necessidades imperativas do desenvolvimento econômico.

Tudo isso são elementos culturais que voltam a permear nosso ambiente, mas que ainda não foram relacionados à cultura smithiana. Estamos ainda a aguardar pelo estudo que explore essa correspondência. Mas tal é exatamente o sentido da filosofia econômica que emerge num dos principais capítulos da *Riqueza das Nações*. No Capítulo III do Livro Segundo, A Acumulação de Capital ou o Trabalho Produtivo e Improdutivo, encontra-se uma série de argumentos em favor de práticas de consumo frugais, assinalando a vantagem da produção de coisas “boas e duráveis” sobre a produção de riquezas efêmeras (hoje se diria descartáveis), e da conveniência de uma priorização do trabalho produtivo relativamente ao improdutivo. Uma frase sintetiza o núcleo do ensinamento teórico que Smith confere à natureza concreta do dispêndio:

“Assim como, em se tratando dos indivíduos, um tipo de gasto favorece mais a riqueza de um do que a de outro, o mesmo acontece no caso de uma nação.” (1776, I, p. 297)

Influenciado pelos fisiocratas, Smith nunca perdeu de vista que a agricultura era a base da riqueza social e que o comércio apenas podia fazer circular o que a industriabilidade do homem colhe ou faz nascer da natureza. Estes elementos da cultura econômica iluminista foram sendo progressivamente esquecidos à medida que a humanidade adentrava o otimismo desenvolvimentista, ingênuo e inconseqüente, dos séculos XIX e XX. Hoje, ao nos aproximarmos do primeiro terço do terceiro século do lançamento da *Riqueza das Nações*, podemos perceber melhor a sabedoria inscrita nessa filosofia, sabedoria que o “neoliberalismo” ainda não conseguiu colocar em evidência, fruto que é do reducionismo economicista. Reduccionismo do qual, deve-se dizer, Adam Smith não é um representante típico.

7) Vários estudos realizados principalmente sob a égide da OCDE assinalaram essa tendência de queda da taxa de poupança - em todos os países da organização. Sugerimos Virgine Coudert, “*Les disparités internationales du comportement de l'épargne*”, in *Economie statistique*, nº 232, maio de 1990; e Durand Dean, Fallon e Hoeller, “*L'épargne dans les pays de l'OCDE*”, in *Revue économique de l'OCDE*, nº 14, 1990.

(*) Doutor em Economia pela École des Hautes Etudes en Sciences de Paris e Diretor de Negócios da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG. Autor do livro *Da Riqueza das Nações à Ciência das Riquezas*, Edições Loyola, 1995.